



Revista História da Educação

ISSN: 1414-3518

rhe.asphe@gmail.com

Associação Sul-Rio-Grandense de

Pesquisadores em História da Educação

Brasil

Borges, Angélica

POR UMA DISCIPLINA RIGOROSA E ILUSTRADA: A INSPEÇÃO NA CAPITAL DO IMPÉRIO

Revista História da Educação, vol. 16, núm. 38, septiembre-diciembre, 2012, pp. 101-124

Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação

Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627347006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

POR UMA DISCIPLINA RIGOROSA E ILUSTRADA: A INSPEÇÃO NA CAPITAL DO IMPÉRIO

Angélica Borges

Universidade de São Paulo, Brasil.



Resumo

O objetivo deste estudo é analisar os procedimentos manejados na fiscalização de professores primários, por meio do estudo a respeito do serviço de inspeção da instrução na Corte Imperial, a partir de sua institucionalização com base no Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte em 1854. Na pesquisa procurou-se discutir como a visibilidade dada à escola e aos seus atores, via inspeção, permitiram inseri-los em um esquema disciplinar, cujos efeitos encontram-se articulados e justificados em nome de um projeto de ordenação e civilização da capital do Império brasileiro.

Palavras-chave: inspeção, instrução, professores primários.

FOR A STRICT AND ILLUSTRATED DISCIPLINE: INSPECTION IN THE CAPITAL OF THE EMPIRE

Abstract

This article analyzes the procedures handled to supervise primary school teachers, through the study about the inspection service of education in the Brazilian Imperial Court, from the education reform established by the Regulation of Primary and Secondary Education of the Court in 1854. The research aimed at discussing how the visibility given to the school and its characters, through inspection, allowed to insert them in a disciplinary scheme, whose effects are articulated and justified in the name of a project to order and civilize the society.

Key-words: inspection, education, primary school teachers.

POR RIGUROSA DISCIPLINA ILUSTRADA: LA INSPECCIÓN EM LA CAPITAL DEL IMPERIO DE BRASIL

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar los procedimientos para el monitoreo del tratamiento de los maestros de primaria, a través del estudio del servicio de inspección en la Corte Imperial, a partir de su institucionalización sobre la base de reglas de la enseñanza primaria y secundaria de la Corte en 1854. La investigación trato de analizar cómo la visibilidad otorgada a la escuela y sus

grupos de interés, por el servicio de inspección, los ha colocado en un sistema disciplinario, los efectos son articulados y justificados en el nombre de un proyecto ordenanza y la civilización de la capital del Imperio de Brasil.

Palabras-clave: inspección, educación, maestros de enseñanza primaria.

PAR UNE DISCIPLINE RIGOREUSE ET ILLUSTRÉS: L'INSPECTION DANS LA CAPITALE DE L'EMPIRE BRÉSILIEN

Résumé

L'objectif de cette étude est d'analyser les procédures traitées à la surveillance des enseignants du primaire, par le biais de l'étude du service d'inspection dans la Cour Impériale, a partir de leur institutionnalisation basée sur Règlement de L'enseignement Primaire et Secondaire de la Cour de 1854. L'investigation a cherché à discuter comment la visibilité donnée à l'école et ses acteurs, par le service d'inspection, a permis de les mettre dans un régime disciplinaire, dont les effets sont articulés et justifiés au nom d'un projet de l'ordination et civilisation de la capitale de l'Empire brésilien.

Mots-clé: inspection, instruction, enseignants du primaire.



partir de investigações realizadas em torno da aparelhagem de inspeção da instrução na Corte, instituída pelo governo imperial, pretendo analisar um conjunto de estratégias de fiscalização de professores conduzidas pela Inspetoria da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte.

Nesse sentido, as reflexões desenvolvidas se desenrolam a partir da organização e funcionamento da inspeção, determinada pelo Regulamento de 1854, que estabeleceu medidas variadas para a malha escolar em constituição no Município Neutro. O período demarcado para estudo compreende os anos entre 1854 e 1865, no âmbito do qual procurei abranger a reforma da instrução de 1854 e a gestão do inspetor Eusébio de Queiroz.

Para tanto, recorri a documentos encontrados nos códices da Série Instrução Pública do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ); decretos da Coleção de Leis do Império; relatórios produzidos pelos ocupantes do cargo de ministro e secretário dos Negócios do Império e relatórios da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte.

Ao analisar literatura a respeito da arte de governar, Foucault (2006b) chama atenção para o fato de que o

governante, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. (p. 280)

Todas essas formas de governo podem se cruzar e se imbricar no interior da sociedade e do Estado. Governar um Estado significa, nesse sentido, “ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família” (Foucault, 2006b, p. 282). Assim, cabe destacar a emergência da população como problema, se tornando objeto de governo acerca do qual será constituído um saber e um campo de intervenção.

Mattos (2004), ao tratar dos *saquaremas*, grupo considerado conservador que esteve no “governo da casa” e no “governo do Estado” e que, quase que por decorrência, também não deixou de estar nas ruas e na praça pública, aponta que eles compreendiam que “qualquer ordem social não ocorria naturalmente, e sim resultava da ação política coordenada, o que impunha a expansão da capacidade regulatória” (p. 207).

Dessa forma, se inserem as políticas voltadas para o conhecimento e controle da população, nas quais os empregados públicos emergem como um conjunto de dirigentes “em que pesem as diferenças internas e o grau relativo de homogeneização” (Mattos, 2004, p. 225):

Presidentes de Províncias e chefes da legião da Guarda Nacional; bispos e juízes municipais, de paz e órfãos; membros das Relações e redatores de Jornais locais; empregados das faculdades de Medicina, dos cursos jurídicos e academias e juízes de Direito; comandantes superiores da Guarda Nacional, párocos e médicos; chefes de Polícia e professores - todos esses e alguns mais, em graus variados e em situações diversas, nos níveis local, municipal, provincial ou geral, tornaram-se peças estratégicas no jogo de construção do Estado imperial e da classe senhorial, um jogo que não se travava exclusivamente entre o Governo da Casa e o Governo do Estado. (Mattos, 2004, p. 225)

O Conselheiro Paulino José Soares de Souza, político *saquarema*, insistia que os professores deveriam ser fiscalizados para averiguar se efetivamente cumpriam com seus deveres, demonstrando estar consciente, mas também preocupado com o valor do papel que deveriam desempenhar (Mattos, 2004).

Diante de tais reflexões, como governar os professores públicos primários da Corte responsáveis por instruir alunos nas primeiras letras, inculcando-lhes valores morais e religiosos? Cabe destacar que governar a docência abrange, entre outros aspectos, o controle da formação (Villela, 2000; Uekane, 2008), do recrutamento (Garcia, 2005) e do exercício do ofício (Borges, 2008). Os investimentos do Estado em torno dos três aspectos assinalados se processam de forma articulada, de maneira que é possível perceber o modelo de formação associado às medidas relativas aos modos de se recrutar e de inspecionar, assim como os modos de recrutamento e de inspeção produzem efeitos na formação.

No âmbito da instrução pública, discursos acerca da necessidade e do significado da inspeção aparecem em diversas fontes do século 19, como relatórios do governo, periódicos e livros. Proferidos por sujeitos, suas posições e saberes mobilizados, produzem uma rede discursiva com significados que se aproximam, se afastam, se diferenciam, mas que compartilham da idéia da necessidade da inspeção.

Desta forma, a organização da inspeção da instrução se inscreve no interior dos discursos em torno de um projeto de civilização da população, conforme igualmente sinaliza Giglio (2006), ao chamar atenção para o fato de que a prática da inspeção se encontra circunscrita “a uma fórmula mais geral de civilização que articula o olhar à palavra - às leis, normas, regulamentos -, e a palavras às ações ou práticas de governo” (p. 350).

Essa autora ressalta, ainda, que a organização da inspeção de instrução pública na Província de São Paulo é posterior ao arranjo da organização da polícia, o que ocorreu de modo similar na Corte que, no caso da capital do Império, apresenta uma particularidade, pois, para ocupar este posto foi indicado o ex-chefe de polícia, Eusébio de Queiroz.

Trata-se, portanto, de observar e considerar que os possíveis vínculos entre os modelos de inspeção da instrução e da polícia apontam para a existência de uma articulação entre essas duas ordens. Ao lado de uma milícia armada destinada “a vigiar as populações e a garantir as condições necessárias à administração da justiça” atuavam outras milícias: párocos e mestres, “milícias pacíficas a civilizar através da palavra e do olhar a rude população da província, numa verdadeira cruzada civilizatória” (Giglio, p. 351).

Os alicerces da reforma de 1854: a inspeção esclarecida e perseverante

Entendendo que a produção de leis obedece a um regime de verdades produzido em um determinado momento histórico, a legislação se apresenta como um discurso historicamente construído, legitimado culturalmente (Gondra, 2001). A lei deve, portanto, ser inscrita “no âmbito de um jogo estratégico e polêmico, de um jogo de produção e significação dos códigos jurídicos, enfim, no âmbito dos jogos de poder definidores de modelos sociais imaginados e desejados” (p. 2).

Em 15 de outubro de 1827 foi promulgada a Lei Geral de Ensino, primeira lei que procurou regular a instrução de primeiras letras no Império. Composta por 17 artigos, a lei não possui um artigo independente para tratar da inspeção, mas nela encontra-se registrada uma tentativa, ainda que de forma rudimentar, de se constituir um mecanismo de fiscalização do ensino de validade nacional, por meio da ação conjunta entre

presidente de Província e um Conselho, evidenciado pela regular freqüência da expressão “Presidentes em Conselho” presente em diversos artigos e, mais incisivamente, no artigo 14º, acerca da vitaliciedade dos provimentos dos professores, que registra “os Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas os poderão suspender, e só por sentenças serão demitidos, provendo interinamente quem substitua”, apontando, também, um esquema de punição que teria como uma das penalidades a suspensão do ofício.

No âmbito regional, em 1849, o presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz instituiu, na Província do Rio de Janeiro, o Regulamento da Instrução Primária, que contém um capítulo no qual se procura detalhar a inspeção do ensino. O capítulo 10, intitulado *Inspecção e governo das escolas*, contém oito artigos e vários incisos nos quais se procura definir os agentes da inspeção (presidente da província, inspetor geral, inspetores e conselhos municipais, e inspetores paroquiais nas suas freguesias) e suas atribuições.

Em 1854, na gestão de Couto Ferraz, agora como ministro dos Negócios do Império, foi estabelecido o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Entre outras medidas, tal lei regulava o funcionamento da inspeção do ensino, atrelada aos procedimentos de vigilância sobre os professores em exercício. Foi estabelecida uma repartição, chamada Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC); foram definidos agentes fiscalizadores, entre os quais, ministro, inspetor, secretário, delegados e Conselho Diretor; e instituído a necessidade da produção de relatórios da parte dos ministros e inspetores.

A definição dos papéis, pelo Regulamento de 1854, de cada agente fiscalizador denota uma escala de poderes e o tipo de proximidade com os professores sobre os quais se deveria exercer uma vigilância. Vigilância que contava também com um mecanismo complementar previsto na mesma lei: as conferências pedagógicas. Espaço de discussão de questões a respeito da instrução, as conferências funcionavam como um evento de inspeção de idéias que circulavam na corporação docente.

Couto Ferraz, no relatório referente a 1853, expôs seu entendimento acerca da classe dos professores públicos:

Quer primários, quer secundários, deram-se as vantagens de que carecia [...]. Por outro lado marcaram-se-lhes obrigações claras e terminantes, sujeitando-os a uma disciplina rigorosa, mas ilustrada; e procurando d'est'arte escoimar o ensino, tanto dos ineptos, como dos desleixados no cumprimento de seos deveres. (Relatório relativo ao ano de 1853, publicado em 1854, p. 63)

Nessa perspectiva, elaborou os artigos que tratam de vitaliciedade, gratificação, aumento salarial, jubilação, regras para montepio, privilégios para os filhos que passaram a ter preferência para o cargo de professores adjuntos ou serem admitidos gratuitamente no Imperial Collegio de Pedro II. Também determinou que o professor público não poderia exercer nenhum emprego administrativo sem autorização do inspetor geral ou qualquer profissão comercial ou industrial, assim como previu punições e processos disciplinares.

Visibilidades na aparelhagem de inspeção

As reflexões da pesquisa privilegiaram a análise, sobretudo, de documentos produzidos no exercício da inspeção entre os quais se encontram ofícios, cartas, abaixo-assinados e relatórios, resultante, por exemplo, dos procedimentos de visita e das conferências pedagógicas. O *corpus* documental trabalhado regista e evidencia o funcionamento da aparelhagem de inspeção da instrução, configurando a expressão de um campo.

Os documentos guardados se tornam parte da memória de um dispositivo e de seus efeitos, prova de acontecimentos, registrando visitas, queixas, escusas, solicitações, observações e demais procedimentos de inspeção. Constituem um poder que se transmite pela palavra impressa. Não possuem a efemeridade da palavra oral, mas configura-se como um ato de escritura que fabrica realidades, objetivadas pelas lentes daquele que escreve, do lugar de onde escreve, da função e do destino da escrita.

Ao estudar o procedimento do exame nos hospitais, prisões e escolas, Foucault (2003) destaca que a descrição torna-se um meio de controle:

Não mais monumento para uma memória futura, mas documento para uma utilização eventual. E essa nova descritibilidade é ainda mais marcada, porquanto é estrito o enquadramento disciplinar: a criança, o doente, o louco, o condenado se tornarão, cada vez mais facilmente a partir do século 18 e segundo uma via que é a dos mecanismos de disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos. Esta transcrição por escrito das existências reais não é mais um processo de heroificação, funciona como processo de objetivação e de sujeição. (p. 159)

O exercício de escrita pode ser entendido como componente de uma maquinaria disciplinar, que descreve e dá visibilidade a determinados sujeitos e aspectos que, neste caso específico, se refere à instrução, ao corpo docente e as suas práticas, inscrevendo-os em um observatório permanente.

Segundo Foucault (2003), o exame acompanhado pelo sistema de registro intenso e a acumulação documentária captam e fixam os indivíduos, submetendo-os a um princípio

de visibilidade, sendo o poder da escrita uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. O exame se articula na ligação com certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder, permitindo o levantamento de um campo de conhecimento e a instauração de determinados discursos.

Ainda para esse mesmo autor, o exame acompanhado pelo aparelho de escrita abre duas possibilidades que se referem à constituição do sujeito como objeto descritível e analisável, mantendo seus traços singulares, evolução particular, aptidões e capacidades próprias sob o controle de um saber permanente e à constituição de um sistema comparativo “que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa população” (Foucault, 2003, p. 158).

A preocupação com o registro permite compreender a escrita relacionada “à acumulação dos documentos, sua seriação, à organização de campos comparativos que permitam classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas” (Foucault, 2003, p. 158). Ao visitar escolas, observar e descrever o exercício da docência, os agentes de inspeção fizeram uso da escrita a respeito dos espaços e sujeitos escolares como forma de assegurar outra forma de exercício do poder.

Sobre os indivíduos observados e registrados nos documentos pretende se exercer um controle que, ao objetivá-los, os expõe a certo campo de visibilidade. A partir do que foi tornado visível, as instâncias do governo pensam as políticas da instrução e da profissão docente. Sendo assim, os documentos analisados tornam possível refletir a respeito dos diversos aspectos da fiscalização exercida sobre os professores.

Os documentos analisados foram produzidos por inspetores, delegados, ministros, professores e famílias. No entanto, diante do fato da maior parte dos documentos ter sido produzida no interior da aparelhagem de fiscalização, emerge o problema acerca do trabalho com uma produção discursiva marcada pelas especificidades de um serviço.

Arlete Farge (1999) trabalhou com arquivos da polícia do século 18 para encontrar aquilo que chamou de “a palavra dos mais desfavorecidos, dos que não sabiam escrever e com cujo rastro deparamos na escrita das palavras que proferiram através das fichas da polícia” (p. 77), caracterizadas por um conjunto documentos manuscritos formados por processos, inquéritos, interrogatórios, testemunhos, acareações.

Ao mencionar que se encontra ultrapassado o argumento em torno da idéia de que tais arquivos não refletem a realidade, destaca que as palavras ditas nos documentos, para serem fiáveis, podem ser compreendidas como vestígios de oralidade e propiciam

uma decodificação possível das maneiras de pensar, imaginar as formas de sociabilidade e de comportamento civil e político.

Diante disso, cabe destacar a existência de documentos nos quais se observam representações e discursos proferidos por agentes da inspeção, professores e famílias, apresentando indícios da maneira de como se pode compreender questões e acontecimentos no período estudado, deixando marcas do seu pertencimento a uma ordem, instituição ou a um projeto de intervenção, propiciando interrogações e reflexões que colaboraram para construir uma compreensão do funcionamento do serviço de inspeção da instrução, assim como de aspectos gerais da sociedade imperial.

Vigilância de uma constante e severa inspeção: o procedimento das visitas

O procedimento da visita às escolas, definido pelo regulamento de 1854, era função do inspetor geral e dos delegados de distrito. Os delegados deveriam visitar as escolas públicas, pelo menos uma vez por mês, para observar o cumprimento dos “preceitos da moral e as regras hygienicas; se o ensino dado não he contrario á Constituição, á moral e ás Leis, e se cumprem as disposições deste Regulamento”. Nota-se no texto da lei a presença dos saberes médico, religioso e jurídico, indicativo da atuação de diferentes instâncias da sociedade nas discussões e na definição de políticas educacionais.

Foucault (2003) destaca que o ritual de visita é uma das formas mais evidentes da organização do hospital como aparelho disciplinar de examinar. A visita ocupou uma parte cada vez mais importante do funcionamento hospitalar, tornando-se paulatinamente regular, rigorosa e extensa, características igualmente defendidas pelo inspetor geral Eusébio de Queiroz no serviço de inspeção da instrução. Para Foucault (2003), a inspeção descontínua e rápida se transformou em uma observação regular que colocou o doente em situação de exame permanente.

Para Costa (2006), em uma análise sobre a inspeção em Portugal, a visita de inspeção era um rito fundamental da relação hierárquica, concebida como uma “mescla indiferenciada de examinar, observar, entrevistar, julgar, guardar a ordem, corrigir e orientar” (p. 371), bem como registrar e compor saberes e discursos.

O inspetor da instrução primária e secundária da Corte, além de partilhar dos princípios gerais da visita, também defendia uma formação adequada para os delegados a fim de que pudessem exercer uma fiscalização inteligente e orientar pedagogicamente os professores diante dos possíveis e prováveis problemas por eles localizados. Ou seja, propunha uma inspeção científica e profissionalizada, constituída por fiscais habilitados que exercessem mais eficientemente a função delegada pelo Estado.

Ao se dirigirem ao estabelecimento escolar, os delegados da instrução deveriam observar o funcionamento e instalações gerais da escola, bem como a prática do professor. No que se refere às famílias, tratava-se de observar se encaminhavam seus filhos à escola. No entanto, a não remuneração dos delegados fazia com que tivessem outras ocupações, que se tornavam prioritárias e comprometiam o serviço de inspeção e a necessária submissão dos professores ao constante exercício do olhar vigilante, necessário para produzir os efeitos disciplinares que se queria.

Do mesmo modo, a distância e dificuldade de deslocamento interferiam no andamento da inspeção dos delegados. Ofícios demoravam ou até mesmo não chegavam aos delegados das freguesias mais distantes. O serviço de correio era precário pela falta de funcionários da repartição e que acumulavam mais de uma função na IGIPSC. A idade dos delegados ou dos professores também era apontada como dificuldade ou mesmo o problema de se arranjar um animal que servisse de transporte dificultava o ato de inspecionar ou de se submeter à inspeção escolas das freguesias mais distantes do centro.

No entanto, ainda que se reclamasse pela efetividade de um serviço mais eficiente de inspeção, o procedimento de visita pode ser observado em documentos enviados pelos delegados à IGIPSC que registram diversos aspectos decorrentes do processo ou que, ao tratar de diferentes assuntos, indicam a realização da visita.

Um sinal para exemplificar. O delegado da freguesia de Campo Grande, o médico Eugênio Carlos de Paiva, registrou que passava freqüentemente em frente à escola pública que deveria fiscalizar, pois era caminho para seu trabalho. Ainda que não se trate da descrição de um ato de visita, esse testemunho parece integrar a peça de um prontuário. Nesse sentido, parece encarnar a vigilância exercida pelo olhar, “um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exerce esta vigilância sobre e contra si mesmo” (Foucault, 2006b, p. 218).

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor: ofícios e cartas

Durante o procedimento de visita, o professor é submetido ao olhar da inspeção, que procura produzir saberes acerca da escola e da docência, inscrevendo-os em uma zona de visibilidade pela documentação produzida e destinada aos superiores. Tais saberes associados ao exercício da escrita compõem uma documentação diversificada, formada por cartas, ofícios, requerimentos e outros tipos de documentos. A forma como estão registrados aponta as informações recolhidas das observações resultantes da visita e

selecionadas a partir de critérios de relevância, exigências, interesses, definidos tanto pelas disposições da inspetoria geral como pelo olhar constituído a partir dos agentes instituídos para representá-la.

Nesse sentido, o que o delegado observa na escola ou aquilo com que se preocupa em observar e descrever estão marcados pelo lugar de onde fala, de seu pertencimento a um cargo de inspeção, mas também a sua formação prévia, profissão exercida, posição social e perspectivas frente aos problemas sociais.

De alguma forma, os saberes e preceitos médico, jurídico, religioso, militar e docente determinam o modo como se olha o funcionamento da escola e da prática docente, direcionam o olhar e, do mesmo modo, determinam o modo como aquilo que se capta e os seus efeitos eram registrados em documentos.

Desta forma é que se observa, por exemplo, um delegado médico relatando a doença de um professor, um padre reclamando dos desvios de outro, recorrendo inclusive à técnica de confissão e oferecendo o espaço do mosteiro para abrigar uma escola pública¹. Os agentes da inspeção exerceram ocupações que possuem especificidades, questões próprias, mas que também se articulavam, interagiam, configurando o exercício de uma inspeção marcada pelos saberes, princípios e interesses dos sujeitos e instituições da qual fazem parte.

Os ofícios e cartas encontrados no AGCRJ se caracterizam por um conjunto documental produzido ou recebido pela IGIPSC, pelos delegados, professores, moradores, entre outros remetentes. A correspondência de caráter público entre inspetores e delegados da instrução, apesar do pressuposto caráter da oficialidade, não raras vezes apresenta aspectos de informalidade. Geralmente, os ofícios possuíam destinatário, conteúdo, despedida, local e data, e assinatura.

Nos documentos enviados à IGIPSC, observa-se certa adequação às normas de etiqueta para escrita, que constatavam em manuais de civilidade como, por exemplo, no *Código do bom-tom*, escrito pelo cônego José Inácio Roquette². Revel destaca que os tratados de civilidade possuem uma finalidade pedagógica de expor e ensinar maneiras legítimas e “realizam esse projeto de modos bem diversos, segundo a importância que atribuem às regras de conduta, segundo o público ao qual se destinam, segundo as

¹ Cf. Borges, 2008.

² José Inácio Roquette nasceu em Portugal, em 1801, e faleceu em 1870. Abraçou a vida monástica e, ciente das especificidades da corte portuguesa, “fez de seu convívio com a nobreza e a realeza européia um instrumento para a educação polida de seu país” (Schwarcz, 1997, p. 19).

formas de aprendizagem que sugerem" (Revel, 2004, p. 170).³

De acordo com o tipo de carta, há certas regras particulares e, nesse sentido, Roquette alerta o leitor para a questão da linguagem e o tom a ser usado nas correspondências. Afirma que "nas cartas não assentam bem em geral cláusulas muitas numerosas, e uma coordenação de palavras demasiadamente harmoniosa; basta que as expressões e sua combinação não sejam conhecidamente duras e ásperas" (Schwarcz, 1997, p. 282). Alerta para o excesso de erudição, as alusões obscuras e remotas, os termos pouco usados que "não parecem naturais no que escreve tranquilamente no seu gabinete" (p. 283). Roquette, do mesmo modo, chama atenção para o tipo de relação que o remetente possui com o destinatário, aspecto que determina a forma do discurso.

Nesse sentido, a título de exemplo, podemos destacar as correspondências oficiais trocadas entre o delegado frei Luiz e o professor José de Moraes nas quais, inicialmente, o professor apresentava-se com um tom mais áspero, sem maiores cerimônias na escrita, referindo-se ao "dito R^{mo} Snr delegado" e que, posteriormente, mediante a ameaça de punição, demonstrou uma preocupação em produzir uma escrita mais cuidadosa, seguindo as normas de etiqueta, utilizando expressões como "meu digno e respeitável delegado", a quem é "digno de todo louvor".⁴

Outro tipo de documento localizado no AGCRJ corresponde aos que procuram interceder em favor de alguém e que apresentam as características da carta de recomendação: "Por uma carta de recomendação pede o que a escreve que se conceda parte da proteção ou amizade, com que o honram, ao sujeito que ele recomenda e que solicita alguma graça" (Schwarcz, 1997, p. 290). Roquette aconselha o emprego de um parágrafo para elogiar as prendas do recomendado para justificar o motivo da recomendação, de modo que esta produza o efeito desejado.

Um exemplo do emprego desses princípios pode ser observado no caso em que, ao defender que o professor Alexandre José Baptista fosse dispensado do exame de habilitação, o delegado Eugênio Carlos de Paiva pondera: "attenta sua idade avançada e sua aptidão pratica de mim reconhecida e com que tem sido útil a mais de 40 anos no Brasil reunindo a mais san moral, com que não pouco utiliza a seos alunos" (AGCRJ, Código 10.4.38, 24/1/1856, p. 17).

Em sua maior parte, os documentos analisados eram dirigidos ao inspetor geral, mas também havia documentos destinados aos delegados e professores. Tratava-se de

³ Segundo Schwarcz, os manuais configuraram-se como um novo gênero literário dedicado às boas maneiras e ao comportamento: "uma série de guias cujo propósito final é estabelecer regras e modelos de sociabilidade" (Schwarcz, 1997, p. 11). A autora, igualmente, destaca a crença na não existência de atividade social ou atitude que não seja passível de regulamentação e controle.

⁴ AGCRJ, código 10.4.38.

comunicados, como no exemplo que avisa a suspensão do serviço de desinfecção, solicitação de materiais, declaração de freqüência do professor e dos alunos, reclamações e queixas, recebimento de materiais e livros, entre outros.

A preocupação indicada com as normas de etiqueta, observadas na estrutura dos textos, no vocabulário, no tom utilizado, ajuda a perceber como as relações de poder atuam no modo de escrita e na produção de documentos, sendo possível observar os efeitos da hierarquia na configuração dos ofícios e cartas analisados, incidindo em torno da estrutura e do conteúdo, determinando a seleção de palavras e expressões adequadas para cada situação e para cada remetente ou destinatário.

Respeitosamente perante a vossa excelênciа: os abaixo-assinados

Os abaixo-assinados fazem parte do conjunto de instrumentos utilizados no funcionamento das engrenagens da inspeção. Empregados por moradores de diferentes localidades, constituídos principalmente por pais e mães de indivíduos em idade escolar⁵, os abaixo-assinados localizados primavam pela abertura ou permanência de escolas em determinada região. Eram dirigidos às pessoas consideradas como autoridades responsáveis para solucionar problemas ou deferir um pedido, como delegados e inspetores.

Em um abaixo-assinado, de 1856, destinado ao delegado da freguesia da Ilha de Paquetá, 23 moradores, entre pais e mães, solicitam a mudança de horários das aulas:

Dizem os abacho assignados, que tendo seus filhos na aula pública desta freguesia não sendo possível mandar a tarde seus filhos a mesma aula não só por causa do grande calor, que [palavras não identificadas] o jantar ao menos [?] mais tarde do que a hora marcada, pelos motivos assim mencionados vem os abacho assignados respeitosamente pedir rogar a V.S.^a para que haja de obter do Ex. S. Inspetor geral a graça de que continue a aula regular [palavras não identificadas] assim sendo só de manhã e saída as duas horas, neste importante objecto fará V.S hum bem aos Pais que tanto estimão pelo amor de seus filhos.⁶

Nesta situação, os signatários são moradores da região, cujos filhos estudam na escola pública da freguesia da Ilha de Paquetá. O documento é dirigido ao delegado para que pudesse intervir junto ao inspetor geral em favor dos interesses locais. A proximidade com o delegado e seu prestígio ou poder na região podem ter definido o destinatário inicial do abaixo-assinado.

⁵ Os abaixo-assinados também foram muito utilizados por professores, indicando iniciativas de organização da corporação e de atuação nos debates acerca da educação (Lemos, 2006).

⁶ AGCRJ, código 10.4.38, p. 274.

O delegado era o comendador Pedro José Pinto de Serqueira, farmacêutico, amigo do Imperador D. Pedro II. Devoto de São Roque, era ele quem fazia questão de assumir o patrocínio das tradicionais festas em honra ao padroeiro de Paquetá. Diante da sua posição, os signatários reconheceram em sua figura um poder necessário para mediar o caso. Ao mesmo tempo, reconhecem e trabalham com os estratos do poder, operando com o sistema de hierarquia que organiza e procura investir seus agentes em posições desequilibradas.

Os abaixo-assinados constroem um discurso, destacam as questões e temas que mobilizam a escrita coletiva, fornecem indícios para compreender, “na forma como constroem o destinatário e a autoria, a imagem que querem passar e como se relacionam com o Estado Imperial” (Lemos, 2006, p. 80). Desta forma, “os autores se constroem para o leitor, sendo a carta um produto de interação entre o remetente e o destinatário; ambos são seus protagonistas, porque ela nos dá informação tanto de um quanto de outro” (p. 81). Assim,

para Foucault (1992), a carta enviada atua sobre aquele que envia e sobre aquele que a recebe. No primeiro momento, há que se considerar o próprio gesto da escrita dos abaixo-assinados, o qual supõe uma articulação entre sujeitos que, minimamente, impõe a necessidade de um encontro do signatário com o texto para que o mesmo seja subscrito. Gesto que termina por apontar para o próprio reconhecimento e constituição dos assinantes, já que, ainda de acordo com Foucault, escrever é mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. (Lemos, 2006, p. 81)

No caso deste estudo, os abaixo-assinados, como instrumento de caráter fiscalizador usado pelas famílias que atuavam no sentido de garantir a escolarização de seus filhos, fazem aparecer no jogo da civilização, a instância familiar que, por meio desse documento, se dá a ver aos destinatários. Lemos (2006), ao trabalhar com reflexões de Foucault, entende que a carta proporciona um face-a-face, sendo simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário e uma maneira do remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz.

O face-a-face torna-se uma oportunidade que se manifesta quando “a carta age sobre seu destinatário pela leitura e releitura que este realiza, permitindo-lhe, então, construir zonas de afinidade e de diferenciação entre a sua face e a outra - a do remetente” (Lemos, 2006, p. 81).

O delegado, destinatário do abaixo-assinado, produziu um documento dirigido a IGIPSC no qual expõe sua opinião acerca da solicitação dos moradores. O comendador lembra o que define o Regimento Interno e destaca que os alunos deveriam ter 5 horas e

meia de aula. No verão, este horário era das 8h às 11h e das 3h às 5h30min, o que deixaria de ser cumprido se as aulas ocorressem no horário solicitado pelos pais (9h às 2h):

Não há dúvida que o lugar e terreno por ser arenoso he bastante quente, mas não me parece ser razão suficiente para que deixe de haver escola de tarde, pois que rapazes devem ser educados como rapazes sujeitos as intempéries de tempo e não como huma [palavra não identificada] afeminada. E o que farão eles se não forem à escola? Ficarão reclusos em casa? He o que não posso acreditar. Huma razão que existe actualmente, que he o desenvolvimento da epidemia, que tornou a graçar com alguma intensidade desde meado de Fevereiro, mas para essa não sei qual remédio. O que há, e he inteira verdade, he, que huma grande parte dos pais dos alunos são bastante pobres, e sendo-lhes preciso o serviço dos filhos, querem aproveita-los, não se lembrando que a falta da escola he mais prejudicial do que he outro serviço, que d'elle possão aproveitar⁷.

Os pais recorreram ao delegado esperando que pudesse interceder junto ao inspetor geral para o deferimento do pedido. No entanto, ao ler e responder o documento, o destinatário demarca sua posição, seus saberes e os princípios que o orientam. Neste caso, não se assemelham com os dos remetentes que, se oferecendo ao olhar do comendador, foram capturados por um discurso existente no século 19 a respeito da família. Desta forma, no texto do delegado, observam-se elementos que indicam a forma como comprehende aspectos das questões de gênero e de uma concepção de família, responsabilizada pela ignorância dos filhos.

No texto também fica marcado o seu pertencimento a um campo do saber acadêmico, por meio da preocupação com a epidemia para qual o farmacêutico desconhece o remédio. Por fim, o homem da inspeção da Ilha, ao se afastar da demanda dos moradores, fortalece ainda mais o poder da escola e sua função modeladora, já que ressalta os prejuízos decorrentes da falta ou da redução do tempo escolar.

A realização de abaixo-assinados pelos pais que se organizam para solicitar abertura de escolas, mudança na rotina escolar, reclamando e fazendo queixas, sugerem o alcance e os efeitos dos discursos voltados para as famílias no que se refere à importância da escola na educação dos filhos. Tais discursos proferidos por diferentes instâncias educativas da sociedade e difundidos em diferentes espaços, como a imprensa e as conferências populares, representam investimentos promovidos ao longo do século 19 em nome da civilização do povo e do progresso do país.

⁷ AGCRJ, código 10.4.38, 10/03/1856, p. 276.

Conveniente corretivo: as conferências pedagógicas

No procedimento de visita às escolas e nas conferências pedagógicas, os professores eram submetidos a uma situação de visibilidade suplementar, pois estavam reunidos sob o olhar dos fiscalizadores e também da própria corporação docente. As conferências se configuraram um dos meios utilizados como corretivo para o problema da formação, como alega Couto Ferraz diante da adoção do sistema de formação pela prática:

Para evitar que este sistema, que em parte já foi adoptado na Áustria e na Hollanda, e que até certo ponto o foi também em França, podesse embaraçar o progresso do ensino, tornado-o algum tanto estacionário, foi a sua adopção entre nós acompanhada dos convenientes correctivos, tales como a instituição de conferencias dos professores em épocas designadas, os exames repetidos todos os annos, e outros, alem de ficar subordinado ao zelo e à vigilância de uma constante e severa inspecção. (Relatório de 14/05/1854, p. 64)

Desta forma, a idéia de realizar conferências pedagógicas que pudessem reunir os professores primários para discussão de temáticas da instrução e para o seu aperfeiçoamento foi instituída pelo artigo 76 do Regulamento de 1854. Para o funcionamento das conferências, deliberou-se pela criação de instruções especiais de modo a regulamentar sua execução, só elaborado 18 anos depois desta determinação. Ainda que na ausência dessa cadeia regulatória, o inspetor Eusébio de Queiroz organizou conferências enquanto esteve no comando da inspetoria.

A inscrição das conferências pedagógicas como parte das estratégias da institucionalização da escolarização do povo se deve à compreensão de que esse evento poderia operar como um dispositivo de modelação e de formação continuada de professores, imposto pelo governo imperial, funcionando também como um dispositivo de controle, de instituição de códigos e de doutrinas norteadoras de determinadas práticas (Borges; Gondra, 2005). Como o processo da profissionalização docente se desenvolveu de diversas formas, indicam a presença de diferentes saberes na corporação docente, o que se procurava padronizar, unificar.

Nos relatórios anuais, o inspetor geral deixou registrada a ocorrência das reuniões, preocupando-se em ressaltar que foram convocadas em conformidade com o artigo 76 do Regulamento de 1854. O professor Manuel José Pereira Frazão afirmou, em discurso proferido por ocasião da morte desse inspetor em 1868, que

nada se fez no tempo da administração do Conselheiro Eusébio, com referência à classe, que esta não fosse ouvida. A confecção do regimento interno das escolas, a adoção de compêndios, tudo foi e era feito mediante conferência com os professores. (Gondra; Garcia, 2003, p. 323)

A inspetoria também convocou conferências para os delegados, indicando que o princípio da correção poderia, do mesmo modo, ser estendido aos fiscais do ensino. Em relatório relativo ao ano de 1855, o inspetor justifica a necessidade das conferências para os delegados a fim de tratarem das dificuldades encontradas no exercício da inspeção e das questões consideradas importantes para o ensino público, difundindo as observações adquiridas pela prática da fiscalização, de modo a formar o almejado sistema uniforme de inspeção.

Percebe-se que a mesma reunião poderia agregar delegados e professores, colocando fiscais e fiscalizados frente a frente, uns submetidos ao olhar dos outros, e os dois submetidos ao olhar centralizador do inspetor geral. Nesse sentido, quais os interesses que presidem a realização de um evento em que todos se encontram inscritos em um campo de visibilidade? Como assinalado na documentação, trata-se de tornar práticas visíveis, fazer aparecer as idéias em torno de determinados questões que afetam a escolarização e, assim, fazer funcionar uma maquinaria que observa, examina, reparte, classifica, fixa normas, controla, modela.

Em relatório referente ao ano de 1856, na seção denominada de “Regimento interno, disciplina, material e asseio das escolas”, o inspetor afirma:

A tabella da distribuição do tempo, e das matérias do ensino pelas diversas classes das escolas, encontrava dúvidas e difficuldades da parte de alguns professores. Submettidas as conferências forão removidas, e vigora hoje a tabella, dando lugar á uniformidade tão necessária, e que tanto deve facilitar os exercícios escolares. (p. 6)

Em 1857, os temas relativos ao regime, economia, material e asseio das escolas continuavam a ser objeto de estudo nas conferências, assinalando a existência de uma comissão de professores que estava analisando diversas obras e compêndios para uso nas escolas públicas primárias e secundárias.

Em 1858 a discussão nas conferências se concentrou no regimento interno das escolas, das diversas questões práticas suscitadas e pontos não definidos pelas disposições em vigor. Em 1859, 1860, 1861 e 1862 os relatórios continuaram a registrar a realização das conferências. Após este período somente foram localizados documentos que relatam a intenção de organizar conferências a partir de 1872, ano em que foram organizadas as instruções especiais.

Nesse sentido, cabe chamar atenção “para o fato de uma reconfiguração, um estatuto diferenciado que as conferências adquirem com sua regulamentação, publicação e publicidade de que vai ser objeto a partir de 1872” (Borges; Gondra, 2005, p. 205). Sinal

não apenas de sua permanência, mas de sua retomada e tentativa de fortalecimento do dispositivo civilizado.

Trabalho de mais alta importância e do mais subido alcance: os relatórios dos ministros e da Inspetoria

Mas os discursos “literários” já não podem ser recebidos se não forem dotados da função autor: perguntar-se-á a qualquer texto de poesia ou de ficção de onde é que veio, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projecto. O sentido que lhe conferimos, o estatuto ou o valor que lhe reconhecemos dependem da forma como respondermos a estas questões. (Foucault, 2002, p. 49)

Apesar da citação se referir ao texto de poesia ou de ficção, os questionamentos feitos por Foucault ajudam a pensar a respeito da escritura dos relatórios, de onde, quando, em que circunstâncias e a partir de que projeto foram escritos. O sentido do relatório e o valor a ele atribuído podem ser percebidos nos registros do inspetor a respeito desse trabalho, considerado de *alta importância* e de *subido alcance*:

Mas os discursos “literários” já não podem ser recebidos se não forem dotados da função autor: perguntar-se-á a qualquer texto de poesia ou de ficção de onde é que veio, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projecto. O sentido que lhe conferimos, o estatuto ou o valor que lhe reconhecemos dependem da forma como respondermos a estas questões. (Foucault, 2002, p. 49.)

Apesar da citação se referir ao texto de poesia ou de ficção, os questionamentos feitos por Foucault ajudam a pensar a respeito da escritura dos relatórios, de onde, quando, em que circunstâncias e a partir de que projeto foram escritos. O sentido do relatório e o valor a ele atribuído podem ser percebidos nos registros do inspetor a respeito desse trabalho, considerado de “alta importância” e de “subido alcance”:

Nessas circunstâncias, um relatório da instrucción publica, tendo de apresentar em toda a sua nudez os males de que todos se queixão, e poucos podem ou ousão sondar, e de propor os meios de mais promptamente remedial-os, é por sem dúvida trabalho de mais alta importância e do mais subido alcance; porquanto, podem delle depender a natureza e efficacia da reforma que houver de fazer o legislador, a boa ou má direção que tiver de dar á sociedade que anciosa procura salvação, os resultados lisongeiros ou desastrosos que se hão de seguir, a esperança de chegar-se a um feliz estado de prosperidade, ou o desanimo e a descrença que surgem sobre as ruínas das mais bellas illusões. (Relatório do ano de 1855, p. 1)

No texto, observa-se a intenção de apresentar os males em toda a sua nudez, indicando a necessária visibilidade do objeto a ser investigado e documentado. Nesse

sentido, a importância do registro escrito se situa no fato de a ele ser atribuído a eficácia da reforma, a salvação da sociedade, a prosperidade ou mesmo a ruína de uma ilusão que aparentemente consistia na reforma de 1854.

Os agentes responsáveis pela observação do cumprimento das normas reuniram um conjunto de informações que, coletadas ou forjadas, tornaram-se base para a elaboração de relatórios por inspetores gerais e ministros do império. Usados como um dispositivo para documentar a inspeção do ensino, a partir deles é possível realizar algumas reflexões a respeito das práticas discursivas em torno do exercício da docência e da fiscalização (Borges, 2005).

O modo como os relatos dos ministros do Império e dos inspetores gerais registraram o exercício da profissão docente na instrução primária, a sua forma de organização e de escrita, produzem certo tipo de memória acerca da docência, um “relato do poder” (Catani, 1995). O relator ocupa a posição daquele que observa, examina uma realidade, seleciona o que vale e deve ser registrado, fixado, tornado visível. Assim, os relatores da instrução apresentaram suas versões referentes ao estado em que a instrução se encontrava, pretendendo carregar seu testemunho do signo da neutralidade e da objetividade, ainda que apoiado no poder conferido pelos cargos que ocupavam.

A forma como a instrução era concebida variava de acordo com o indivíduo que estivesse no exercício do cargo de inspetor ou de ministro, bem como não havia homogeneidade nos relatórios. Deste modo, no exame da realidade, entram em jogo concepções educacionais, convicções políticas, pertencimentos doutrinários, institucionais e outros interesses dos agentes.

O relator que escreve e assina o relatório também pode ser analisado como um autor que redige e assina um texto. Não um autor entendido como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto “mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (Foucault, 2006a, p. 26).

Os discursos presentes nos relatórios da IGIPSC eram recebidos pelo ministro e anexados ao relatório deste último, para serem apresentados à Assembléia Geral Legislativa. Os relatórios deveriam mostrar para este auditório social o estado da instrução na Corte, seus avanços e problemas, realizar um exame comparativo da instrução entre as Províncias, propor medidas e defender a própria gestão do signatário do relato. A idéia de auditório social (Certeau, 2006) contribui para uma reflexão na qual o autor imagina o leitor a quem sua escrita se destina, que regula o ato da escritura e aquilo que se escreve.

O auditório social imaginado pelos relatores parece ter sido ampliado, pois foi possível constatar, por meio do material estudado, que tal documento era enviado aos delegados e professores, indicando certa circulação desse instrumento da fiscalização e de seu conteúdo.

A título de exemplo, temos o ofício⁸ do delegado da freguesia da Ilha do Governador, no qual acusa o recebimento de relatório do estado da instrução no Município da Corte do ano de 1855. Informação que também consta em ofício do professor Estevão José Pires, da escola da freguesia de Guaratiba: “Tenho a honra de participar a V.S. que no dia 22 do corrente mez recebi hum relatório do Estado da Instrução Primaria e Secundaria do Município da Corte durante o ano de 1855”⁹.

O Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte, de 1871¹⁰, possui um trecho que indica que os professores tinham acesso aos relatórios:

Não há ministro novo que não diga no seu primeiro relatório que somos ignorantes, e que depois não modifique o seu juízo, reconhecendo a injustiça que nos fez! Comparai o relatório da inspectoria geral com o do ministro do império, um feito por quem conhece de perto o pessoal de sua repartição, outro, assignado por quem bebe inspirações de empregados que só parecem fadados para nos flagellarem! (p. 4)

Esses indícios chamam atenção para a necessidade de estudar os discursos nas modalidades de sua existência,

os modos de circulação, de valorização, de atribuição de apropriação dos discursos variam com cada cultura e modificam-se no interior de cada uma; a maneira como se articulam sobre relações sociais decifra-se de forma mais directa, parece-me, no jogo da função autor e nas suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que empregam. (Foucault, 2002, p. 68)

A postura do governo em fazer circular o relatório da IGIPSC, assim como a recepção e a leitura realizada pelos delegados e professores, aponta a existência de interesses nos efeitos que podem ser produzidos pela composição de saberes e difusão de discursos.

Em estudo sobre os relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais, Resende e Faria Filho (2001) refletem acerca da intencionalidade política desse tipo de documento. Os autores destacam que, no caso dos relatórios mineiros, as palavras e frases usadas eram muito bem escolhidas:

⁸ ACGRJ, código 10.4.38, 30/06/1856, p.197.

⁹ ACGRJ, código 10.4.38, 24/06/1856, p. 44.

¹⁰ Nota do editor: publicado na íntegra na revista *História da Educação*, v. 15, n. 34, maio/ago. 2011, p. 171-191. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/asphe>>.

Eles são documentos oficiais e eram escritos buscando influenciar quem os lesse (ou ouvisse). Seja buscando persuadir, seja procurando exortar, os textos sempre buscam convencer o povo, ou seus representantes na assembléia Provincial, da importância da instrução pública. (p. 83)

Ora, o que esperar do enunciado de um gestor da instrução? Tudo indica que se vale da posição ocupada para diagnosticar o presente da instrução, justificar suas medidas e programar suas ações. Desse modo, precisa sensibilizar o auditório social constituído pela própria máquina do Estado para legitimar e fortalecer seus gestos. Nesse sentido, cabe destacar que é

sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo as regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. (Foucault, 2002, p. 35).

O controle da produção de discursos tem como princípio a disciplina que “lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (Foucault, 2002, p. 36). Nesse caso, o exercício do relato, nas condições e finalidades em que é produzido, parece compor a polícia discursiva organizadora daquilo que assume a forma escrita.

Os relatórios da IGIPSC, produzidos no período de 1855 a 1865, foram publicados anualmente. Costumavam conter uma listagem acerca da quantidade de escolas públicas e particulares, de professores e de agentes da inspeção, informam seus respectivos nomes e a localidade em que atuavam.

Observa-se um registro regular sobre a profissão docente, passando pela movimentação de pessoal e pelas práticas exercidas. Informações que, anualmente atualizadas, apresentavam as alterações ocorridas como exoneração, dispensa, suspensão e admissão de pessoal, falecimento, mudança de escola, remoção de professores, jubilação, concessão de gratificações e de licenças, processos disciplinares, incluindo, por exemplo, a notificação de professora que mudou de sobrenome por causa do casamento. A partir deste material também é possível observar aspectos da trajetória profissional dos professores e como ela se inscrevia nos discursos dos órgãos oficiais.

No entanto, cabe destacar a questão da produção dos dados presentes nesses relatórios e sua fidedignidade ou confiabilidade. Resende e Faria Filho (2001) apontam que nos relatórios mineiros, na parte relativa à instrução pública, alguns números foram produzidos de forma aleatória ou mesmo forjados, o que pode refletir a dificuldade do Estado de acessar informações mais confiáveis:

O que observamos é que o processo de produção de dados não confiáveis passava também pelos encarregados, no escalão inferior, pela coleta e organização dos dados sobre a instrução pública, os inspetores. Estes, devido às mais diversas dificuldades (distância da escola, falta de meios de locomoção, estar cuidando de interesses pessoais, dentre outros), tantas vezes reconhecidas pelos gestores da instrução, não inspecionavam as aulas, mandando para a Diretoria de Instrução Pública os números que lhes eram enviados pelos próprios professores. (p. 91)

No mesmo sentido, em relatório de 1854, o ministro Couto Ferraz alerta que não pôde oferecer um trabalho completo porque “embora sujeito hoje a huma inspecção mais ou menos activa da autoridade publica, geral ou provincial, não tem ainda podido ser verificado com exactidão, que afiance como extremes de erros todos os dados que devo offerecer à vossa consideração” (p. 69). O ministro expõe, então, os motivos do problema: “A impossibilidade em que ainda se acha a maior parte das províncias de remunerarem vantajosamente a visitadores ou inspectores especiais e habilitados das escolas e aulas publicas” (p. 69).

Não obstante, Resende e Faria Filho destacam que os dados oficiais, mesmo imprecisos, “eram discutidos e tinham a pretensão de apresentar e difundir uma verdade, a verdade dos números, e, por isso, são importantes e capazes de dar sua contribuição para o entendimento da história da educação mineira no século 19” (Resende; Faria Filho, 2001, p. 113).

As reclamações de inspetores acerca da insatisfação com o funcionamento do “ramo da instrução”, bem como com relação à falta de indivíduos habilitados para o magistério é recorrente¹¹. Assim, dissertam sobre a importância da criação das escolas normais, de melhores condições de trabalho e salário para atrair pessoas mais qualificadas, afirmindo que a precariedade de condições fazia com que o professor abandonasse o magistério e procurasse outras ocupações. Juntamente a estas reclamações, também dirigiam elogios aos professores e destacavam seus esforços no exercício de seu ofício.

Os relatórios tornam visíveis as distribuições dos sujeitos escolares, sejam alunos, professores ou delegados, no espaço do município da Corte como forma de poder exercer um controle sobre esses indivíduos. Assim, com base nos dados, se poderia determinar o fechamento ou a abertura de escolas, estando esta decisão relacionada, principalmente, à quantidade de alunos, transferência de professores para cadeiras de outras freguesias, solicitação de moradores, concessão de subvenção ao ensino particular em localidades onde não havia escola pública, entre outros motivos.

¹¹ Segundo o regulamento de 1854, para o exercício do magistério não era obrigatória a formação pela Escola Normal. Os artigos referentes à aquisição de habilitação afirmavam que poderiam exercer o magistério os cidadãos brasileiros que provassem: 1º Maioridade legal; 2º Moralidade; 3º Capacidade Profissional (por meio de exame oral e escrito).

Considerações finais

Apesar de a inspeção ter sido exercida com problemas e não ter ocorrido de forma efetiva em todas as suas entradas e campos nos quais, segundo a lei, deveria se fazer presente, percebe-se que, ainda assim, conseguiu gerar uma série de dados, condição para se exercer o governo das escolas.

Um registro acerca da redistribuição dos professores e de suas práticas se intensificou como forma de tornar mais eficaz a disciplina exercida. O relatório, como parte do jogo da escrituração, condição para uma disciplina mais permanente, incidiu significativamente sobre a docência ao se preocupar com a localização de cada indivíduo no seu lugar e, em cada lugar, um indivíduo.

A aparelhagem da inspeção organizada permite observar as operações da arte de punir: comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar e excluir (Foucault, 2003). Por meio de estratégias bem definidas, pode comparar professores, diferenciá-los segundo a produtividade, gerar uma hierarquia definida por gratificações e prêmios concedidos aos serviços prestados com distinção, homogeneizá-los por meios de coerção e pelas conferências pedagógicas e excluir os que cometesse delitos. A condição indispensável ao funcionamento do ensino, tomada na forma de artigos de lei, confere legitimidade à vigilância, confirmando-a como parte dos mecanismos da disciplina.

A lei, portanto, ao tornar a inspeção seu objeto de regulação, define seus objetivos, seu lugar, tempo e formas de atuação, os seus agentes e seus regulados e criou condições jurídicas para que a inspeção pudesse produzir os efeitos desejados ao demarcar espaços, distribuir os sujeitos e escolas, controlar movimentações, prescrever saberes e práticas, examinar resultados.

No entanto, o Estado participa deste processo articulando-se com outras instâncias em graus e formas diferenciadas, a partir do que é possível observar o funcionamento dos dispositivos de controle e seus efeitos na conformação do exercício da profissão docente. Os dispositivos constituem um conjunto heterogêneo formado por discursos, enunciados, instituições, arquiteturas, leis, entre outros. Nesses termos, observamos bacharéis, médicos, militares, religiosos e professores, cada qual desempenhando papéis bem determinados no processo de escolarização comprometido com um projeto civilizatório.

O exercício da inspeção e da docência articulam-se em movimento no qual se pode evidenciar a existência de uma rede de relações de poder, marcada pelo registro da disciplina e gestos de anti-disciplina. O problema do governo das escolas e dos professores, como tecnologia a serviço da gestão da população, pode trazer contribuições no sentido de ajudar a pensar a forma como vem sendo constituída a fiscalização do

ensino e da profissão docente em vários presentes, cabendo destacar que tal prática não se constitui em exclusividade de uma única instância de governo, como procuramos demonstrar neste estudo.

Referências

- BORGES, Angélica. O dispositivo do relato oficial: os relatórios do governo imperial como produtores de representações e de memórias em torno da profissão docente. SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES DE CONHECIMENTO E A TECNOLOGIA, 3, 2005, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: Uerj, 2005.
- BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na Capital do Império Brasileiro (1854-1865)*. 2008. 287f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- BORGES, Angélica; GONDRA, José Gonçalves. Política e arte de superar-se: um estudo acerca das Conferências Pedagógicas na Corte Imperial, *Revista de Educação Pública*. Cuiabá: UFMT, v. 14, n. 15, 2005, p. 203-220.
- CATANI, Denice Bárbara. Memória e biografia: O poder do relato e o relato do poder na História da Educação. In: GONDRA, José Gonçalves (org). *Pesquisa histórica: retratos da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj, 1995, p. 73-80.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- COSTA, Rui Afonso. Contribuição para a história da inspeção permanente da escola primária (1878-1933). In: PINTASSILGO, Joaquim et al. *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Colibri, 2006, p. 365-398.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Portugal: Teorema, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens: 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2006a.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2006b.
- GARCIA, Inára. *Certame de atletas vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século 19 (1855-1863)*. 2005. 236f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- GIGLIO, Célia Maria Benedicto. A civilização pelo olhar: práticas e discursos da inspeção na Província de São Paulo no século 19. In: PINTASSILGO, Joaquim. *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Colibri, 2006, p. 347-364.
- GONDRA, José Gonçalves. A educação conciliada: tensões na elaboração, redação e implantação de reformas educacionais, *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 12/13, n. 2/3, 2000/2001, p. 51-63.
- GONDRA, José Gonçalves; GARCIA, Inára. Eusébio de Queirós Coitinho Mattoso Camara. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITO Jader de Medeiros. *Dicionário dos educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: UFRJ, Brasília: Inep, 2002.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. *O discurso da ordem: a constituição do campo docente na Corte Imperial.* 2006. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema.* São Paulo: Hucitec, 2004.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Phillippe; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao século das Luzes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.169-209.

RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da política educacional em Minas Gerais no século 19. *Revista Brasileira de História da Educação.* São Paulo: SBHE, n. 2, 2001, p. 79-115.

SCHWARCZ, Lilia (org.). *Código do bom tom ou regras da civilidade e do bem viver no século 19.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TEIXEIRA, Giselle. *O grande mestre da escola: os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro.* 2008. 237f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UEKANE, Marina Natsume. *Instrutores da milícia cidadã: A Escola Normal da Corte e a profissionalização de professores primários (1854-1889).* 2008. 273f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

VILLELA, Heloisa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *500 anos de educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.

ANGÉLICA BORGES é estudante do curso de doutorado em Educação na Universidade de São Paulo - USP.

Endereço: Rua Santos Dumont, 903 - 25625-090 - Petrópolis - RJ - Brasil.

E-mail: educangel@yahoo.com.br.

Recebido em 10 de março de 2012.

Aceito em 20 de junho de 2012.